



1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER CONJUNTO sobre a PROPOSTA n.º 223/2017

Revogação do Contrato de Delegação de Competências outorgado com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, no âmbito do Apoio Logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Ocidental e celebração de novo Contrato com a Junta de Freguesia de Belém para os mesmos fins, bem como a transferência das respectivas verbas.

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 223/2017 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1SET, na redacção conferida pela Lei n.º 142/2015, de 08SET atribuiu aos municípios, no n.º 1 do seu artigo 14º, competências diversificadas no domínio do apoio logístico às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens CPCJ's, designadamente no que respeita à disponibilização de meios necessários ao seu funcionamento;

Pela Deliberação n.º 99/AML/2014 a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, sob a proposta n.º 138/2014 da Câmara Municipal, a celebração de contratos de delegação dessas competências nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Ocidental, Norte e Oriental respectivamente, Contratos esses objecto já de algumas alterações por via de aditamentos;

A CPCJ Lisboa Ocidental, até agora sedeada na área administrativa da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, passará a situar-se em morada na circunscrição da Freguesia de Belém, Rua Diogo de Silves, Lojas 33A e 35A, logo que concluídas as competentes obras para sua instalação, dependendo a transição de competências da data efectiva da sua conclusão;

Importa portanto prover à transferência para a Freguesia de Belém dos recursos financeiros que ao caso cabem, proporcionais ao período previsto para a execução das competências até ao final do Mandato Autárquico, por correspondência ao termo de vigência de todos os contratos referentes às CPCJ da Lisboa, como expresso na Cláusula 8ª desses Contratos Interadministrativos.

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. A Proposta inclui a revogação por mútuo acordo do Contrato de 13NOV2014 estabelecido pelo Município com a Freguesia de Campo de Ourique, alcançando essa revogação plenos efeitos a partir da data de instalação da CPCJ de Lisboa Ocidental no novo espaço na Freguesia de Belém, com as respectivas obras de adaptação já concluídas;
2. Inclui igualmente a disposição de ser concretizada uma redução proporcional da transferência dos meios financeiros afectos à delegação extinta, pelo prazo remanescente até conclusão do presente Mandato Autárquico;
3. Da celebração do contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:
 - i) A Junta de Freguesia de Belém dará apoio logístico à CPCJ de Lisboa Ocidental, nos termos referidos nas alíneas a) a j) do n.º 1 da Clausula 2.ª do Contrato Interadministrativo;

- ii) A Junta de Freguesia apresentará Relatório que demonstre a execução física e financeira das competências e verbas previstas no Contrato, no prazo de 20 (vinte) dias após a conclusão da sua vigência;
- 4. A Câmara Municipal de Lisboa transferirá para a Junta de Freguesia de Belém um montante de **€ 23.756,00 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e seis Euros)**, correspondendo a € 3 958,00 Euros/mês, pelo período de 6 (seis) meses, condicionada porém tal verba à data de conclusão das obras de adaptação dos novos espaços, sendo proporcional ao período específico de execução do Contrato.

Nota: A Proposta e o Contrato são omissos quanto às verbas já atribuídas à Freguesia de Campo de Ourique, correspondendo ao período até à conclusão do Mandato Autárquico, em que as competências estejam a ser exercidas pela Freguesia de Belém.

III – CONCLUSÕES

- 1. Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos, que mereceram a aprovação por unanimidade em reunião de Câmara.
- 2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer.

IV – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 8 de Maio de 2017

A Presidente da 1.ª Comissão

O Presidente da 5.ª Comissão

(Irene Lopes)

O Deputado-Relator

(Miguel Mora Coelho)

A Deputada-Relatora

(João de Magalhães Pereira)

(Sofia Oliveira Dias)